

Nota conjunta CIMI - Regional Leste e ANAÍ - Bahia.

Os Pataxó HãHãHãe da Reserva Indígena Caramuru-Paraguaçu somam mil e quatrocentos índios entre as Aldeias São Lucas, Barretá e Panelão e ocupam presentemente 1200 hectares dos municípios de Pau Brasil e Itaju do Colônia, no sul da Bahia. São detentores históricos de uma área de 36.000 hectares e há anos vêm lutando pela sua posse.

Ilegal e inconstitucionalmente as terras que compõem o seu território foram arrendadas e tituladas a fazendeiros e posseiros plantadores de cacau e criadores de gado pelo Serviço de Proteção ao Índio - SPI, e pelo Governo do Estado da Bahia, nas gestões dos Srs. Antonio Carlos Magalhães e Roberto Santos.

Em abril de 1982, um grupo de índios Pataxó liderado por Nelson Saracura e apoiado pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI e pela Polícia Federal retomou uma pequena parcela do seu território, a denominada "Fazenda São Lucas", então ocupada por Jener Pereira da Rocha. Desde então, os fazendeiros invasores sentindo-se ameaçados, formaram verdadeiras milícias particulares com a contratação de pistoleiros, com o propósito de mais uma vez expulsar os índios da área da Reserva Indígena. Estabeleceu-se clima de violência e procedeu-se à instalação de dois postos da Polícia Militar na Aldeia, com o suposto objetivo de evitar o conflito entre as partes.

A FUNAI, na condição de órgão tutor, ajuizou Interdito Proibitório contra Jener Pereira da Rocha e "Ação Ordinária declaratória de Nulidade de Títulos de Propriedades sobre Imóveis" contra os ocupantes contestantes e outros, inclusive o Estado da Bahia. Esta última Ação encontra-se em fase de citação, no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Às vésperas das eleições para governadores, em 1982 (outubro), sob forte pressão desenvolvida por políticos e fazendeiros, duzentos índios são transferidos para a Estação Experimental de Almada, em Ilhéus, permanecendo na denominada "Fazenda São Lucas" um grupo de índios, em que pese os esforços da FUNAI para transferi-

los e "negociar" a área. Tal se ocorreu na gestão do Sr. Paulo Moreira Leal como presidente da agência indigenista.

Em setembro de 1983, um conjunto de índios liderados por Samado Santos e Nailton Muniz retoma duas "fazendas" encravadas nas terras da Reserva, denominadas "Providência" e "Bom Jardim", localizadas na divisa com a Aldeia Panelão. A retomada foi frustrada, tendo lugar a expulsão dos índios mediante o uso da força física pela Polícia Federal e Polícia Civil de Itabuna.

Na então denominada Aldeia São Lucas, em novembro de 1984, o índio Antônio Júlio da Silva é baleado por pistoleiros, tornando-se um inválido. E o índio José Bispo é espancado próximo a sua casa, apresentando graves ferimentos na cabeça. Este fato se registrou no início do ano de 1985.

A 16.11.1985 os índios retomam quatro fazendas vizinhas à Aldeia São Lucas. Em seguida ao ato de reocupação, o Sr. Francisco de Assis Silva, Delegado da Ajudância da FUNAI, em Eunápolis, fixou nestes locais placas indicativas da presença da FUNAI, e viajou. Dias após, a 22.11.1985, os índios são expulsos por um contingente de 130 homens do 2º Batalhão da Polícia Militar de Ilhéus, que fortemente armados usaram de extrema violência com mulheres grávidas, crianças e velhos, espancando-os e ofendendo-os moralmente. Vale ressaltar que tal ação não foi antecedida de apresentação de mandado judicial. Ficaram feridos 29 índios. O chefe do PI à época, Sr. Francisco Magalhães de Souza, não tomou as providências que seriam cabíveis. Quatro dias após o registro do fato é que funcionários da FUNAI, procedentes de Brasília, deslocaram-se à área com a missão de anunciar a visita do então presidente do órgão, o sertanista Apoena Meirelles, o que ocorreu decorridos quatro dias da data do anúncio. No local, o Sr. Presidente da FUNAI prometeu apurar os incidentes e assinou um termo de compromisso (28.11.1985) para uma solução negociada favorável aos índios, no período de três meses. Foi o tempo suficiente para que se desse a sua demissão do cargo.

Simultaneamente, na Aldeia Barretá, em Itaju do Colônia, registra-se um conflito entre políticos municipais e índios, devido à construção de barracos e casas na área da Reserva indígena, próxima a antiga sede do SPI. Os moradores desse loteamento denominado "Parquinho" ameaçavam os índios para que não circulassem nas suas próprias terras. A terraplanagem no local continua, sem que tenha havido qualquer medida de apoio aos índios, ou pronunciamento por parte da FUNAI.

Em meados de dezembro de 1985, chega à área da Aldeia São Lucas uma Comissão da FUNAI, procedente de Brasília e presidida por Álvaro Reinaldo de Souza, da Assessoria Jurídica. O seu objetivo era a realização de um levantamento da situação e a apresentação de uma proposta de negociação com os fazendeiros. Os índios receberiam, conforme declarações da Comissão, metade da área em litígio e assistência para projetos de desenvolvimento. Sabe-se que os fazendeiros teriam recusado a mencionada proposta e a comissão não mais retornou ao local.

O chefe do PI neste período, Sr. Francisco Magalhães de Souza, conhecido com o "Chico Preto" teve a sua presença marcada por ocorrências negativas. Em março/1986 a comunidade indígena acusou-o de haver desviado os recursos destinados, pelo órgão, ao pagamento das despesas com a população indígena. Foi notória sua atitude ambígua, fomentando divisão interna e debilitando as lideranças. Conforme as informações, na Ajudância da FUNAI em Eunápolis carimbavam-se "papéis" de quantos índios aí comparecessem afirmando-se lideranças.

Nesta mesma época, os fazendeiros encaminharam uma Interpelação contra a FUNAI ao Supremo Tribunal Federal, declarando a necessidade de se efetuar um levantamento na área indígena, a fim de se precisar o número de habitantes índios. O tom da Interpelação era injurioso para com os Pataxó. Houve algumas tentativas de se proceder a tal recenseamento, o que porém só terá lugar com a substituição da chefia do PI. É, pois, o novo chefe, Sr. Eronildo Cavalcante Borges Pimental, que dá início, no mês de junho de 1986, a es

sa tarefa. Residia o referido funcionário a uma distância de cerca de cem km da Reserva e enquanto permaneceu no comando do PI acirrou ainda mais o faccionalismo, mediante a distribuição, não criteriosa, de recursos entre os índios, num jogo de preferências que concorreu para acentuar a insatisfação dos preteridos.

A 27.06.1986, um grupo de índios que se preparava para realizar uma viagem à Eunápolis foi vítima de uma emboscada. No tiroteio quatro índios foram feridos, dois gravemente. Imputa-se ao Sr. Eronildo participação no ato, inclusive sacando arma contra o índio Nailton Muniz, com pleno conhecimento prévio da sede da Agência Indigenista em Eunápolis. Em seguida ao fato evade-se o chefe do PI da área.

A chefia do PI continua acéfala, a população indígena não contando com qualquer assistência da FUNAI. Uma grande seca assola a região e os Pataxó enfrentam uma situação de absoluta penúria alimentar, que vem se somar à crise de inexistência de fontes de água potável. O quadro é desalentador e não há sequer apoio médico-hospitalar. Presentemente, há uma proposta de construção de represas, absorvendo a mão-de-obra indígena sob a forma assalariada. Trata-se de uma medida paliativa que corre o risco de desencadear novas consequências negativas.

Desde o mês de agosto próximo passado, os jornais e radiodifusoras locais (Itabuna e adjacências) têm anunciado com destaque a iminente transferência dos Pataxó HãHãHãe para uma área externa à Reserva Caramuru-Paraguaçu, supostamente no município de Belmonte. Sabe-se, por outro lado, que um pequeno grupo liderado pelo índio Nelson Saracura aceita a propalada transferência. Conforme informações seguras, após gestões realizadas pelos cacauicultores, reuniram-se representantes destes com o apoio oficial do Conselho Nacional de Produtores de Cacau (CNPC), da FUNAI e do Ministério do Interior com o pequeno grupo já mencionado, sob a orientação do índio Nelson Saracura, com o objetivo de estabelecer os detalhes do "acordo" de transferência. Esta reunião ocorreu em Brasília, no mês de outubro.

A grande maioria dos índios recusa-se terminantemente a aceitar a negociação levada a cabo por aqueles representantes e invoca o seu direito histórico ao território e a existência de um processo em tramitação no âmbito do judiciário. Todavia, busca-se criar um clima de temor com o fim de arrefecer o seu ânimo e instalar o pânico, através de comentários que dão conta da pronta intervenção de força militar como último recurso para vencer a sua resistência. O trânsito de policiais militares no interior da Aldeia São Lucas, ou de indivíduos que se fazem identificar como tal, reforça o clima de instabilidade emocional, ao tempo em que provoca profunda indignação aos Pataxó que têm mostrado a sua determinação em retirá-los por conta própria.

A FUNAI, vale assinalar, nega oficialmente a sua participação nas gestões com vistas à transferência, do mesmo modo que o fazia em 1982, como já referido, atendendo igualmente a poderosas pressões eleitorais. Falta-lhe, pois, condições morais para restabelecer a confiança dos índios no poder oficial.

Face aos fatos expostos parece restar a alternativa de que a opinião pública nacional e internacional, bem como as entidades de apoio à luta indígena, tomem medidas enérgicas de maneira a evitar que os Pataxó sejam destruídos. Urge coibir a ação danosa do denominado órgão tutor. Urge que a Procuradoria Geral da República exerça o seu papel de fiscal das Fundações.

O Conselho Indigenista Missionário-CIMI e a Associação Nacional de Apoio ao Índio - ANAÍ-BA, em consonância com outras entidades solidárias ao movimento indígena, reafirmam a sua disposição de continuar apoiando a luta de resistência do povo Pataxó HãHãe e o respeito ao Poder Judiciário.

Salvador(BA), 2 de novembro de 1986.

Maria da Conceição Pessoa
P/Coordenação CIMI - Regional Leste

Maria Rosário Gonçalves de Carvalho
P/ANAÍ-BA.